

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 17 de novembro de 2016	Local: Funbio
Horário: 10:00 até 16:00 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 4 Número De Membros Corporativos: 1 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 1 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 2 2) Secretaria e outros observadores: 12 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	

Agenda do Dia:

1. Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião.
2. Panorama sobre as mudanças de gestão no MMA e ICMBio
3. Atualizações sobre composições e reuniões
 - Comitê do Programa (CP)
 - Painel Científico de Aconselhamento (PCA)
 - Ministério do Planejamento no CFT
4. Status de criação das novas UCs
5. A questão da inserção dos OGs estaduais:
 - Andamento da consultoria contratada
 - Situação contrapartida com o novo cenário político brasileiro
6. Atualização sobre Condições de Desembolso
7. Atualização sobre relatórios A, E, F e FAUC
8. Atualização sobre Programa Paisagens Sustentáveis (Doação GEF)
9. Panorama geral sobre Projetos de PFP
10. Discussão sobre proposta para nova rodada de captações privadas
11. Proposta BNDES
12. Execução Financeira:
 - Atualização sobre o processo interno de compras
 - Apresentação dos dados de execução (até junho de 2016)
13. Ativos financeiros:
 - Atualização sobre o desembolso KfW
 - Atualização sobre processo de contratação de novo gestor de ativos
14. Encerramento e confirmação das datas das reuniões do CFT 2017

Anotadas as presenças de 04 membros doadores institucionais do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US), Christian Lauerhass (KfW) e Avecita Chiccon (Moore); 01 membro doador corporativo Arthur Liacre (Anglo American), 01 membro do governo Warwick Manfrinato (MMA) e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Paulo Carneiro. Estiveram presentes também, Welles Abreu (SECEX MMA), Thiago Barros e Renata Gatti (MMA), Luiz Felipe Souza (ICMBio), Felipe Starling (Anglo American) Marco Lentini (WWF-BR), Adriana Moreira (Banco Mundial), Manuela Muanis (consultora) e Rosa Lemos, Manoel Serrão, Ilana Nina e Thales do Carmo do Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião. O Presidente dá início aos trabalhos às 10:00h da manhã declarando aberta a reunião.

I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda

Paulo Sodré abre a reunião cumprimentando a todos, apresenta os representantes da Anglo American, doadores corporativos do Programa, e explica sucintamente o funcionamento do subcomitê corporativo do CFT.

Em seguida Paulo apresenta os principais pontos da última reunião ressaltando a questão da diferença entre UCs de grau I e II de consolidação. Esclarece que existe a ideia de ampliar o apoio às Unidades de Conservação (UCs) de grau II, já que o cenário aponta para uma maior margem no orçamento do que originalmente previsto.

Paulo fala ainda sobre a contratação do gestor internacional de ativos que ainda está em andamento, mas ressalta que não há motivos para grandes preocupações, uma vez que a Pragma vem desempenhando um bom papel nesta função.

II. Item 2 da pauta aprovada: Panorama sobre as mudanças de gestão no MMA e ICMBio

Paulo passa a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Warwick Manfrinato que ressalta a importância do Arpa para o Ministério destacando a mensagem do Secretário José Pedro de Oliveira e o pedido do Ministro por uma apresentação detalhada sobre o Programa. Isso mostra que o governo está levando o Programa a sério, e que em contrapartida o MMA precisa ser protagonista nas ações do Arpa.

Warwick fala também dos desafios da gestão, da importância da relação com o Funbio e como sua equipe vem se preparando. Reforça que está no cargo há pouco tempo e ainda está se ambientando, sendo seu campo de especialidade as mudanças do clima.

Paulo pergunta se já temos um representante do Ministério do Planejamento (MPOG) para o assento no CFT. Warwick comenta que sua equipe vem buscando uma resposta e que a presença da Secretaria Executiva (SECEX) nesta reunião mostra a tentativa de melhor compreensão da participação no MPOG no CFT. Paulo ressalta a importância da participação deste Ministério uma vez que temos a premissa de crescimento da contrapartida financeira do governo.

Em seguida Paulo pergunta como a PEC 241 afetaria o orçamento do MMA para o Programa e qual estratégia pode ser adotada para garantir o crescimento da contrapartida.

Warwick responde que a equipe está construindo o posicionamento para embasar tecnicamente a conduta do Ministro, de modo a apresentar a questão do aumento das contrapartidas de forma proativa à Casa Civil. O Arpa é um Programa de governo e este precisa agir como tal.

Paulo ressalta que o Arpa prevê uma relação diferenciada já que os compromissos assumidos pelo governo envolvem doações feitas por parceiros internacionais de longa data e significativa importância.

Warwick diz que tem ciência da obrigação para com todos os parceiros do Programa, que são a razão do Arpa existir e informa que estão pensando em soluções estratégicas e inovadoras para atender aos compromissos.

Welles Abreu, representante da SECEX do MMA, se apresenta e informa que está à frente da nova estrutura que está sendo criada dentro do Ministério para gerir os projetos de recursos externos, como o Arpa e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esta unidade funcionará como um elo entre

orçamento e gestão estratégica facilitando a operação dos projetos. Welles destaca que também está há pouco tempo no cargo, mas que já foi possível perceber o quanto o Arpa é estratégico. **Não foi possível ter a indicação do representante do MPOG ainda, mas tudo indica que está será feita até a próxima reunião.**

Apesar do momento crítico, o Secretário Executivo teve um indicativo de aumento de orçamento, embora isto ainda não seja definitivo.

Warwick retoma a falando sobre as negociações para criação de 3 milhões de ha de novas áreas protegidas liderada pelo próprio Secretário José Pedro no Pará e a identificação de mais 3 milhões de ha que poderiam ser criados ainda esse ano. Ressalta que a equipe está se reorganizando e que é o departamento com maior orçamento de projetos. Desta forma, se faz necessária uma perspectiva sólida que exige uma grande competência em comunicação.

Paulo Carneiro (ICMBio) se apresenta e agradece a oportunidade de estar na reunião como único órgão gestor (OG). O Arpa sempre esteve inserido na Diretoria de Criação e Manejo de UCs (DIMAN), mas há uma possibilidade de migração para uma estrutura de projetos especiais, mais próxima à presidência do Instituto. A determinação do Presidente é que seja elevada a importância de Programas como o Arpa. A partir da perspectiva de OG, Paulo comenta que há diversas sugestões e contribuições a serem feitas.

III. Item 3 da pauta aprovada: Atualização sobre a composição e futuras reuniões do CP e PCA e MPO no CFT

Thiago inicia dando a notícia de que houve uma indicação de representação do MPOG ao Comitê do Programa (CP). As representações da nova formação do CP são (12 membros conforme previsto no Decreto):

MMA

- **SECEX** – Marcelo Cruz
- **SBF** – José Pedro Costa /**DAP** – Warwick Manfrinato (suplência)
- **SMCQ** - Thelma Krug (**departamento de políticas para o combate ao desmatamento**)
- **UCP/MMA** – Renata Gatti, Thiago Barros, Reinaldo Junior.

No ICMBio a vaga é da presidência e Thiago acredita que a suplência seguirá sendo da DIMAN como vem sendo feito.

- **Presidência** – Ricardo Soavinski
- **DIMAN** – Paulo Carneiro e Julia Zapata
- **Pontos Focais** – Fernanda Santos, Camila Lobo, Andrea Saboya, Alisson Monteiro, Vandir Cruz.

Ministério da Fazenda já havia feito indicação dentro da secretaria de políticas econômicas. Os órgãos gestores serão representados pela SEMA Amazonas, com suplência de Rondônia.

Representando a sociedade civil, foram selecionadas 2 instituições, Fundação Vitória Amazônica (FVA) e Ecoporé – Ação Ecológica Guaporé. Os representantes dos doadores serão WWF Brasil, Moore Foundation e Anglo American, conforme indicado pelo CFT.

Já há uma indicação dos representantes da SPU, mas ainda não confirmaram presença na reunião do CP. Todos os demais confirmaram suas participações.

Em relação ao painel científico de aconselhamento (PCA), membros foram selecionados no início do ano. 03 novos membros trabalhando em propostas de criação e indicadores de benefício socioeconômico, em parceria com a WWF Brasil. Seminário para definir que tipo de indicadores podem ser monitorados no Arpa neste sentido agendado para os dias 29 e 30 de novembro. MMA recebeu no dia 16/11/2016 a indicação do MPOG, mas ainda é necessário verificar se será o mesmo representante no CFT ou se será alguém mais ligado à questão do orçamento.

IV. Item 4 da pauta aprovada: Status de criação das novas UCs

Warwick comenta que foi discutida a criação de novas áreas protegidas em reuniões recentes. José Pedro está em reunião com uma equipe no Pará para definir de 3 a 6 milhões de ha de novas áreas para iniciar ainda esse ano. A ideia é buscar mais 6 milhões ano que vem para atingir a meta de 13,5 milhões da Fase II, para em seguida começar a falar da meta de 6 milhões da Fase III. A expectativa é que essa informação de torne pública em breve, talvez na COP em Cancun.

Além do mencionado por Warwick em relação à negociação das áreas no Pará, temos em desenvolvimento no Programa um processo mais continuado em relação ao apoio de criação junto aos órgãos gestores. O Programa está próximo da meta de apoio de 60 milhões, havendo a possibilidade de ampliar esta meta ou intensificar ações dentro do que já é apoiado hoje. **É preciso entender os esforços de criação que têm sido feitos como colaboração para a meta deste componente.** De 2014 até a presente data, foram criados 3,4 milhões de ha, mas apenas 2,04 milhões são contabilizados na meta de criação do Arpa. Podemos verificar a possibilidade da meta de criação considerar Florestas Nacionais (Flonas) e APAs, uma vez que são também resultado de esforços de criação no país, com impactos positivos para a região Amazônica.

Ano de Criação	Nome da UC	Finalidade	Área (ha)	Meta
2014	ESEC ALTO MAUÉS	CRIAÇÃO	668.160	SIM
2014	RDS PURANGA CONQUISTA	CRIAÇÃO	86.233	SIM
2014	RESEX MÉDIO JURUÁ	AMPLIAÇÃO	35.355	SIM
2016	APA DOS CAMPOS DE MANICORÉ	CRIAÇÃO	151.993	NÃO
2016	FLONA DE URUPADÍ	CRIAÇÃO	537.228	NÃO
2016	FLONA DO ARIPUANÃ	CRIAÇÃO	751.095	NÃO
2016	PARNA DO ACARÍ	CRIAÇÃO	896.407	SIM
2016	REBIO DO MANICORÉ	CRIAÇÃO	359.063	SIM
ÁREA TOTAL			3.485.534	
ÁREA TOTAL ELEGÍVEL PARA A META			2.045.218	

Para o futuro, há um outro grupo de UCs em processo de apoio que se somariam a esse total acima nos próximos meses. São 10 processos em âmbito estadual avançando. Roraima não recebe apoio do Programa para consolidação, mas está construindo um acordo com o governo para poder receber recursos do Arpa, para a criação de três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no baixo Rio Branco. Esses processos representam 2,5 milhões de ha.

Christian pergunta se todos estes 2,5 milhões são elegíveis. Thiago responde que não é possível saber hoje e reforça a ideia de contabilizar categorias não apoiadas pelo Arpa para a meta de criação. Thiago diz que esta definição é uma questão do CFT, sendo necessárias mudanças do Módulo 2 do Manual Operativo do Programa (MOP).

Rosa pergunta se o PCA analisou o assunto e Thiago diz que sim, tanto o painel quanto o CP.

Paralelamente, Thiago aponta que o MMA desenvolveu com os OGs um levantamento de possibilidades de criação de novas áreas, totalizando 8,3 milhões de ha em 12 áreas, estando hoje em análise pelo PCA.

Thiago comenta que o planejamento para o subcomponente de criação de novas áreas contempla apenas R\$ 780 mil para esses 12 processos, seria necessário o desembolso de mais recursos para criação destas UCs. A lacuna estimada é de 2,8 milhões de reais.

Marco Lentini (WWF) comenta que se apoiarmos exatamente 60 milhões, não poderemos tirar nenhuma UC do Programa. Essa é uma preocupação histórica para o bom funcionamento do Arpa no longo prazo. Além disso, as áreas de Rondônia parecem pequenas e isoladas, o que em geral, não devem contribuir muito para a conservação. Thiago esclarece que em Rondônia há uma área nova ligada a expansão de outras 4 (ou 5), então a relevância para conservação é mais significativa. Há também uma dificuldade notória de que a UC chegue ao final do processo de criação, sobretudo por questões políticas, fundiárias ou na parte da consulta pública. Então é preciso trabalhar com margem também na hora de criação.

Rosa comenta que o ARPA sempre apoiou a criação de áreas que não se enquadram no ARPA. Está sendo sugerido que se incorporem Flonas por exemplo ao ARPA? Thiago responde que não, que deveriam contar apenas como UCs criadas pelo Programa, se não parece ineficiência nossa. Contabilizariam para meta de criação.

Paulo diz que a relevância biológica e representatividade das UCs traz de volta a questão do PCA, que esteve inativo (ou quase) por muito tempo e pergunta se o grupo se encontra ativo e abastecido de informações. Thiago responde que sim, desde de 2015.

Paulo Carneiro do ICMBio pergunta se áreas criadas com outros recursos (compensação) entram contam para a meta do Programa e cita alguns casos. Adriana diz que o GEF ARPA II se encerra em dezembro com uma possível extensão até julho de 2017. **Em termos de relatoria, o GEF utiliza o termo de acordo da primeira doação, e a meta neste documento (18 milhões) foi ultrapassada (24,5 milhões). A ideia é fazer uma recapitulação, desde o uso da primeira doação, de 2008 até 2017.** O relatório que vai ser feito deve relatar os avanços. Prometemos no Programa Paisagens Sustentáveis 03 milhões para criação, e os números do Brasil são os que elevam os números do Banco Mundial. No passado, só se financiavam áreas grandes, mas agora estão aceitando áreas menores, visto que são as últimas áreas na Amazônia.

Encaminhamento: Adriana propõe reuniões com equipe do MMA para desenhar proposta de áreas que serão criadas para contabilizar na meta do ARPA.

Meg diz que para WWF-US, a meta dos 6 milhões é de grande relevância e faz parte do MOP criação dentro das categorias do Arpa. Mudar o MOP seria muito complicado e por isso, não seria possível incluir as Flonas.

Marco (WWF Brasil) diz que estamos próximos da meta e que seria importante ir além. Historicamente o Arpa é um Programa de áreas grandes. Agora talvez esteja na hora de focar em áreas importantes para a biodiversidade, talvez focando na representatividade. Talvez seja mais eficiente fazer um convite direto à algumas UCs estratégicas. O MMA irá realizar um estudo em 2017 para reavaliar as últimas áreas importantes, focando nas áreas sub representadas.

Paulo pergunta a quem o convite seria feito e Rosa responde que seria direcionado aos OGs. Paulo e Adriana levantam apenas que temos que nos certificar da disponibilidade recursos. Warwick diz que a sugestão deve ser bem recebida no Ministério.

Thiago responde ao Paulo que ampliação de áreas que já são do Programa conta para a meta e inclusive são considerados como contrapartida dos Estados.

Thiago pergunta se haverá recursos do CFT para apoio dos novos processos que surgirem. Paulo diz que é preciso ler o regulamento. Thiago aponta que houve um sub dimensionamento dos recursos voltados para a criação, visto que elas eram menos numerosas na época de elaboração. Isso deveria ser deliberado na próxima reunião. Ilana pergunta se estas UCs contabilizariam para a meta do FT e Thiago responde que sim.

Encaminhamento: será apresentado pelo MMA um pedido ampliação dos recursos para criação de UCs (2,8 milhões), que a princípio serão contabilizados para a meta da Fase 3.

V. Item 5 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais:

Foi contratada uma consultoria com recursos do BID para aproximação junto aos OGs, com apoio logístico do WWF. A primeira visita deve ocorrer ainda este ano, visando conhecer os dados financeiros e forma de reportar a contrapartida por UC e MR. A consultora vai sugerir melhorias e padronização nas métricas de relatoria.

Warwick fala sobre o incremento de recursos públicos para o Programa. O governo vai ter que cortar custos e isso já foi amplamente anunciado. A PEC 55 indica o crescimento zero dos custos e estará vigente pelos próximos 20 anos, com possibilidade de revisão no décimo ano. As variações são normais e esperadas, mas isto significa um déficit no crescimento esperado.

A discussão tem que se dar em três níveis. Primeiro é preciso sinalizar interna e externamente que estamos tomando medidas para lidar com esta redução – âmbito político. Na parte da gestão é preciso se integrar com outros órgãos para aprimorar o planejamento e usar os recursos de modo mais eficiente. A terceira vertente é a econômica, focada nos serviços ecossistêmicos que podem ser medidos e podem se tornar recebíveis, os quais o Brasil tem ignorado. Nos últimos 3 anos o Fundo Vale financiou a elaboração de uma matriz dos serviços ecossistêmicos para o MMA. É preciso

trazer isso para o *cashflow*, sobretudo das UCs. Temos no Brasil os fundos de compensação, que hoje tem (estima-se) até 1,2 bilhões disponíveis, mas que estão com a execução travada.

Warwick fala que pagamentos por serviços ambientais (PSA), recursos de compensação e etc. podem ajudar a cobrir a lacuna de investimentos ocasionado pela PEC. A abordagem deve seguir a linha criatividade, buscando fontes alternativas e inovadores.

Christian comenta que para o KfW o crescimento do orçamento é uma questão importante e sugere que o teto orçamentário para o MMA seja priorizado. Outra alternativa seria outros doadores injetarem recursos, como com base em *policy based lending* por exemplo. Warwick ressalta que a ideia é ouvir sugestões diversas para pensar estratégias alternativas.

Meg comenta que já estavam trabalhando nestas possibilidades para compensar a falta de recursos do governo durante a elaboração do Arpa for Life, como os recursos hidrológicos.

Adriana ressalta a importância da preocupação com este novo cenário da PEC e pede que o MMA sinalize aos doadores que apesar desse cenário difícil, existe uma priorização do Arpa. Um dos maiores gargalos da execução é pessoal alocado nas UCs e essa segue sendo uma questão importante. Temos que parar de pensar em investimento e manutenção, pois manutenção também é uma maneira de investir nas UCs. MMA podia mostrar o crescimento da contrapartida neste sentido, do que está sendo feito nas UCs em termos de pessoal e custeio.

Encaminhamento: Thiago irá preparar um briefing sobre a meta de 17% de execução dos recursos do ICMBio e sobre a contrapartida em geral incluindo pessoal.

Thiago segue apresentando os números de contrapartida mensurada nos últimos 3 anos (2014, 2015 e 2016). Considerando as UCs que estão sob apoio da Fase III, no caso das UCs do Amazonas, atingiu-se um valor de 181% da meta. ICMBio também foi superavitário em relação a meta (90% dos recursos do biênio). Rondônia e Tocantins também estão bem, de modo que a crise ainda não foi sentida.

OG	Programa (114 UCs)					Fase III (35 UCs)		
	2013	2014	2015	Meta 2039	Relação 2015/meta	2015	Contrapartida esperada 2016 (desembolso PO16/17)	Relação 2015/esperado 2016
AC	R\$ -	R\$ 1.645,00	R\$ 6.814,73	R\$ 874.618,77	1%			
AM	R\$ 30.457,70	R\$ -	R\$ 1.169.137,00	R\$ 10.509.429,71	11%	R\$ 310.331,95	R\$ 171.457,90	181%
AP	R\$ 29.088,58	R\$ 178.003,36	R\$ 29.188,22	R\$ 520.481,91	6%			
ICMBIO	R\$ 13.119.242,64	R\$ 17.667.674,34	R\$ 15.778.142,44	R\$ 40.809.328,71	39%	R\$ 6.110.600,76	R\$ 6.754.060,00	90%
MT	R\$ 86.160,31	R\$ 147.265,71	R\$ 269.081,16	R\$ 3.555.450,69	8%			
PA	R\$ 491.721,04	R\$ 12.645.520,35*	R\$ 227.379,53	R\$ 1.784.486,68	13%			
RO	R\$ 2.709.800,00	R\$ 406.461,19	R\$ 1.500.900,00	R\$ 4.107.379,70	37%	R\$ 438.500,00	R\$ 562.254,17	78%
TO	R\$ 194.839,20	R\$ 258.741,58	R\$ 457.936,29	R\$ 709.570,18	65%	R\$ 457.936,29	R\$ 304.584,29	150%
Total	R\$ 16.661.309,47	R\$ 31.305.311,53	R\$ 19.438.579,37	R\$ 62.870.746,35	31%	R\$ 7.317.369,00	R\$ 7.792.356,36	94%

No total das unidades, já temos 31% da meta até o final do Programa. Para Fase 3 e este biênio, a meta está 94% cumprida (acho, algo em torno disso, conferir). As células em branco são os OGs que não tem UCs na Fase 3.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso:

Thiago apresenta a atualização das condições de desembolso, abaixo transcrita:

1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	•Atualizado em outubro de 2015
2	Inexistência de perda líquida de UCs	•Ganho líquido de 6,7 milhões de ha (59,2 Mha)
3	Relatórios Financeiros por UC	•Todos OGs enviaram contrapartida 2015
4	Plano de Consolidação	•Planos federal e estaduais elaborados em acordo com as metas do Programa
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	<ul style="list-style-type: none"> • KFW (€31 milhões) • GEF (US\$ 30 milhões) – PAD em elaboração; • BNDES (R\$ 80 milhões) – Funbio e MMA preparam nova proposta
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio em 2014	• Meta alcançada
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de implementação nas UCs estaduais elaborado (dez/15) e em implementação; • IV Curso do Programa de Monitoramento
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	<ul style="list-style-type: none"> • 34% da Meta (2.045.218 M ha criados – Meta: 6 M ha até 2015) • 07 propostas (1.231.044 ha) em diferentes fases
9	Aumento dos recursos Financeiros não-salariais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de recursos para ICMBio, AM, TO (acima do projetado), RO (aquém do projetado – 20 mil) • Consultor para qualificação dos dados financeiros em processo de seleção
10	Desempenho de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de consolidação elaborados • Atualização em curso (FAUC 2016)
11	Número Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Conforme Plano de Consolidação das UCs • Atualização em curso (FAUC 2016)

Condição 1: MOP atualizado em outubro do ano passado, garantido

Condição 2: Inexistência de perda líquida cumprida (7M de ha de 2013 a mais) e meta de área total praticamente cumprida. 98%

Condição 3: Todos os OGs enviaram dados de contrapartida. Consultoria em andamento

Condição 4 (planos de consolidação): Todas as UCs com plano apresentado, tendo sido atualizado no final do ano passado. O MMA desenvolveu uma complementação destes planos, onde cada UCs prevê quando implementará as áreas amostrais dos protocolos de monitoramento.

Condição 5: O último recurso garantido foram os Euro 31,7 Milhões do KfW. O programa Paisagens Sustentáveis vai garantir mais 30 Milhões junto ao GEF. Cabe ao Funbio e ao Ministério a nova proposta de projeto do BNDES.

Condição 6: Aumento da execução orçamentária do ICMBio foi verificada

Condição 7: Os protocolos de monitoramento foram elaborados e apresentados. O governo precisa atualizar os dados de cobertura vegetal, informação atualizada anualmente. Houve perda de 11 mil ha perdidos em UCs de PI (2014/2015), em função do desmatamento ilegal. Vamos ter que recuperar no futuro, mas antes é preciso cessar o impacto.

Condição 8: Criação de novas unidades: Temos o alcance de 34% da meta considerando os 2,045 M de ha nas categorias elegíveis. Se consideramos o total de áreas (outras categorias) chegamos a 58% da meta. Outros estudos estão em curso e podemos atingir esta meta em curto prazo, mas estamos aquém. Entre 2014 e 2015 deveríamos ter criado mais 6 milhões de ha.

Condição 9: Os dados de 2015 já apontam que esta meta será atingida até 2017 devemos

Condição 10: 16 UCs já se consolidaram até 2016 e 9 outras estão a caminho.

Condição 11: 97,3% da UCs cumprindo a meta. A RDS Mamirauá teve problemas por conta do OG, o que se refletiu na FAUC. Meg confirma que ela não tem 02 funcionários. Marcos cita que o Amazonas fez uma reforma severa e que UCs sofreram esse impacto.

Encaminhamento: Paulo Carneiro pede que em uma próxima reunião sejam abordadas formas alternativas de gestão, como gestão compartilhada de UCs, tema este que o ICMBio tem avançado. Paulo sugere uma avaliação de resultados, além do diagnóstico do que tem sido feito.

VII. Item 7 Da Pauta Aprovada: Atualização Sobre Os Relatórios A, E, F E FAUC

MMA informa que os relatórios E e F já estão com os dados disponíveis, serão enviados nos próximos 15 dias. Thiago informa que o Relatório A, que trata dos avanços em relação aos MRs, foi realizado em referência ao período de setembro de 2015 a agosto de 2016. Em relação as UCs de grau I, houve grande avanço. Na parte do conselho, 99% das UCs já atingiram a consolidação, portanto houve pouca evolução. Verifica-se avanço para plano de manejo, proteção, sinalização e principalmente pra instalações e monitoramento. 06 unidades estão com mais de 80% de consolidação.

Thiago elucida uma questão em relação às UCs que fazem gestão integrada como a RESEX Maracanã, que teve seu grau de consolidação reduzido devido à associação com UCs recém apoiadas no Programa. Em relação à execução, considerando o que foi solicitado, a média é de 10% para UCs de Grau I na Fase 3, com algumas chegando a 25%. **Ainda sobre Maracanã, Thiago diz que uma falha**

na modelagem financeira subdimensionou os recursos alocados para o bloco de gestão integrada. Neste sentido será feito um pedido de aporte extra para estas UCs. Por fim, Thiago destaca algumas UCs que precisam ser acompanhadas de perto por seus OGs para que elevem suas taxas de execução.

Meg lembra que o planejado é para 2 anos e a execução refere-se a 8 meses.

Paulo Carneiro diz que é preciso melhorar os relatórios gerenciais disponíveis para o OG pautando a tomada de decisões. Thiago ressalta que atualmente para acessar informações detalhadas é preciso acessar o PO de cada UC e que o relatório não é intuitivo. Seria bom ter um relatório por UC e por MR para auxiliar a UCP e os OGs neste acompanhamento. Ilana diz que hoje podemos enviar estes dados a todos, mas que ainda não são automáticos. Warwick fala da necessidade de avaliação conjunta dos avanços técnicos e financeiros.

Thiago coloca a questão para Manoel que diz que hoje temos 38 milhões planejados, mas apenas 12 milhões solicitados no Arpa. Destes, 8,7 milhões foram executados. Ou seja, temos uma execução de 71,4% do que é de fato solicitado. Este é um fator de ineficiência do Arpa, onde o planejamento é muito ambicioso, está desligado da real capacidade de execução. Desta forma, é preciso mudar a maneira de planejar os POs para que o Funbio possa estabelecer relatório gerenciais mais confiáveis. O Funbio realizou com apoio da Moore, um levantamento para estabelecer métricas de monitoramento de seus processos e permitir o estabelecimento de prazos. Precisamos mudar alguns instrumentos garantido que o que é planejado seja de fato solicitado.

Paulo Carneiro fala da dificuldade do ICMBio de controlar os processos inseridos no Arpa, já que são conduzidos por diferentes coordenações e não há um relatório que permite uma visualização de todas as UCs. Isto fragiliza o controle do OG. Um levantamento automático por MR ajudaria bastante no sentido de internalizar as atividades financiadas via Arpa no OG.

Rosa ressalta que o Cérebro é uma ferramenta de gestão financeira, e não de gestão de projeto. Talvez não seja possível atender a este pedido via Cérebro. Manoel diz que talvez seja possível fazer um relatório intermediário que atenda esta demanda dos OGs no curto prazo. Comenta que poderia haver uma maior institucionalização dos ciclos de planejamento, para que os OGs identifiquem os pontos críticos. Ressalta ainda que muitas soluções pensadas para o Arpa tiveram êxito, mas estão desatualizadas uma vez que o Programa tem 15 anos. Acompanhar a execução desde o princípio seria o mais produtivo. Thiago comenta que é algo mais simples que precisam. Precisamos saber se o gestor solicitou ou não de forma mais objetiva e rápida possível. Paulo comenta que a Anglo tem experiência em gestão de projetos e pode ajudar neste quesito e que por se tratar de uma questão técnica deve ser tratada posteriormente entre os interessados.

Thiago retoma a fala sobre o relatório A. Apenas 03 UCs com execução acima de 20%. Fica possível perceber pelo relatório técnico a correlação entre a falta de avanço no MR e a não solicitação no sistema.

Em relação às UCs em Grau II a execução é um pouco melhor, entretanto são apenas 03 UCs apoiadas hoje no Fundo de Transição.

As 11 UCs consolidadas durante o ano de em 2015, que hoje recebem recursos para manutenção, somam cerca de 6 milhões de ha. A julgar pelo Plano de Consolidação a UCP adianta que outras 05 UCs irão se consolidar até 2017.

No fechamento de sua fala Thiago pede que seja abordada a questão dos prazos para os processos de contratação e aquisição. Fala das oficinas para elaboração de termos de referência para Planos de Manejo, e do atraso (tanto por ajustes dos gestores, quanto na análise da gerência) no encaminhamento destes processos para a equipe de compras. Neste sentido há a necessidade de definir prazos, considerando inclusive sazonalidades próprias da região Amazônica que acabam inviabilizando a execução das atividades e, portanto, o alcance das metas. **Apresenta uma proposta de prazos de referência, que seriam inseridos nos documentos do Programa e monitorados ativamente por parte do Funbio, dos OGs e do MMA.**

Thiago fala então sobre o Relatório E que trabalha a revisão do modelo de custos, considerando a inflação projetada e verificada e os Planos de Consolidação das UCs. Os custos globais e por OG também são revisados. Espera-se uma estabilização dos custos em 2019 com a entrada da totalidade das UCs no FT. **É preciso apurar os valores estimados por MR, ampliar o MR de gestão participativa prevendo a capacitação de conselheiros além a realização de reuniões.** O MR de demarcação também deve ser revisto. As normativas atuais definidas pelo INCRA preveem um custo básico muito elevado que não são provisionados pelo atual modelo de custos do Arpa.

MMA propõe rebaixar o cenário alvo deste marco referencial de demarcação completa para um nível simplificado de demarcação que possa ser realizado com os recursos disponíveis. Ambas as propostas de revisão serão apresentadas na reunião do Comitê do Programa e, se aprovadas, isto poderá refletir no modelo de custos.

A revisão do Plano de Manejo está incorporada na lógica do Arpa, mas ela não é uma realidade para todas as UCs. É possível que haja uma alocação excessiva para esta atividade. Thiago finaliza falando da necessidade de considerar também o reinvestimento em equipamentos devido à baixa duração na região Amazônica.

É preciso ainda corrigir a modelagem para gestão integrada, já que o custo em alguns casos tem sido subestimado em função da diferença de nível de implementação das UCs. MMA propõe uma correção do valor aportado para dois arranjos de gestão integrada e a longo prazo avaliar de forma detalhada quais os ganhos são gerados pela integração. Revisão para atividades de conselho, proteção e equipamentos mínimos (R\$453 mil para o Bloco da RESEX Maracanã e R\$377 mil para o Bloco Mocapajuba).

Conclui-se que há um problema no modelo de custos e que a revisão deverá ser feita antes do previsto. Thiago explica que estas UCs são novas no Programa e ainda não receberam recursos de investimentos. Adriana sugere a contratação de uma consultoria para melhoria de algumas ferramentas do Programa. Warwick sugere uma ação imediata para esta questão pontual nas próximas semanas, ajustes operacionais entre as equipes técnicas nos próximos 2 meses e ajustes de longo prazo visando o amadurecimento do Programa. Manuela finaliza lembrando que o modelo de custos é uma ferramenta de longo prazo e que pode ter problemas quando utilizada para planejamento de dois anos.

Paulo Carneiro diz que o ICMBio tem alguns pedidos de aporte para proteção. Estes serão consolidados com a UCP e enviados ao CFT de forma conjunta.

Encaminhamento: Paulo propõe que o MMA envie a demanda por e-mail e que, após uma análise do Funbio, seja deliberado pelo CFT o aporte adicional ou não.

VIII. Item 8 Da Pauta Aprovada: Atualização Sobre O Programa Paisagens Sustentáveis

Thiago fala sobre o Programa, enquanto oportunidade que surgiu a partir do compromisso firmado na Rio+20 para capitalização do Fundo de Transição em 30 milhões. A partir daí a discussão evoluiu com a possibilidade de ampliação do escopo, trabalhando a conectividade de UCs nas áreas de interstício, no sentido de formar uma paisagem sustentável e apoiar políticas de restauração e uso sustentável de território, e apoio às Florestas Públicas e APAs que não recebem apoio do Arpa.

A partir do esforço do Banco Mundial, ocorreu a integração deste projeto nacional com os projetos de Peru e Colômbia formando um Programa amplo abrangendo os 3 países com estrutura de projeto comum que se complementa com grande troca de experiência. Objetivos do projeto alinhados com a implementação do Código Florestal e com o Plano Nacional de Recuperação Nativa (PlanaVeg).

Warwick reforça que o Secretário tem atentado para a parte de corredores ecológicos, tema este que foi apresentado para o Ministro e que ganhará importância na pauta da secretaria. A equipe está se preparando para que o Ministro fale em um evento paralelo durante a COP em Cancun. Todas as ações serão feitas de forma sinérgica com a diplomacia brasileira para que, no campo político, as ações sejam integradas em termos de América Latina.

Paulo passa a palavra para Adriana Moreira (Banco Mundial) que ressalta a importância do Programa uma vez que ele vai além do Arpa, pensando a região Amazônica em um contexto amplo de paisagens produtivas e protegidas e que ainda se alinha com as questões dos corredores ecológicos trazidas pelo Secretário José Pedro. O Brasil está mais adiantado em termos de elaboração dos documentos, uma vez que a transição política, que ocorreu em todos os países, não afetou tão diretamente o andamento do Programa. O maior desafio está sendo a definição das áreas para o componente de restauração em integração com os estados. Foram selecionados 4 estados. Ainda será decidida a divisão de orçamento entre componentes. Esforço deve se focar também em áreas que foram perdidas recentemente (degradadas) como no caso da REBIO Gurupi.

O Programa tem um caráter muito importante de capacitação. O Brasil tem destaque internacional como fonte de experiência e o FT tem sido utilizado como modelo para outros países que estão trabalhando modelos de PFP (Project Financing for Permanance). É importante a integração entre as equipes técnicas que tem ocorrido. O Brasil também é referência por conta das ações de implementação do Código Florestal, sobretudo no que se refere ao CAR.

A aprovação do CEO do GEF está prevista para fevereiro, já que a ideia é que até julho o Banco já tenha todos os contratos assinados. O Brasil tem o maior orçamento.

Paulo pergunta se haverá ligação do nosso Arpa com os do Peru e Colômbia. Essa ligação será apenas pelos doadores ou entre os Ministérios dos países ou se dará em nível operacional, técnico, entre Ministérios.

Adriana diz que esses programas tiveram um desenho coletivo, estão sendo construídos em conjunto e tem a integração como componente importante.

Warwick destaca o quanto o Brasil tem sido referência para os outros países que têm buscado apoio técnico conosco. Diz ainda que alguns grupos de comunicadores estão muito interessados em dar destaque ao tema, trazendo a perspectiva do público.

Paulo lembra um comentário feito em reuniões anteriores sobre o impacto entre fronteiras de certas ameaças. Adriana comenta que a intenção é construir aos poucos, iniciativas regionais, transfronteiriças e trazer para dentro do projeto algumas questões de integração com uma perspectiva de longo prazo. Paulo finaliza dizendo que este é um bom momento político para este tipo de articulação considerando a presença do Ministro José Serra, muito empreendedor.

Thiago retoma a apresentação falando da delimitação das áreas de atuação do Programa que foi realizada em parceria com alguns órgãos. Também está sendo realizado, em parceria com o Banco, o desenvolvimento dos documentos como PAD e matriz lógica do Projeto.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Panorama geral sobre Projetos de PFP

Meg agradece a participação de alguns dos presentes na reunião que acontecerá no Peru onde Brasil e Costa Rica irão apresentar suas lições aprendidas em relação a modelagem financeira. O novo Ministro no Peru está muito interessado no tema. Meg fala então do evento que acontecerá em dezembro na COP onde Brasil, Peru, Colômbia e Costa Rica irão participar. Será uma grande oportunidade para abordar o ARPA como modelo para outros países, pela sua importância e sucesso. Na área de financiamento sustentável para áreas protegidas.

X. Item 10 da pauta aprovada: Discussão sobre proposta para nova rodada de captações privadas

Paulo diz que para trazer novos recursos, estão sendo listados setores e companhias que poderiam injetar recursos. **Paulo sugere uma troca por e-mail para saber se há algum membro doador tem restrições à alguma empresa ou setor elencado.** Manoel reforça que este é um processo de médio prazo que será realizado ao longo do próximo ano e que é fundamental o envolvimento do Ministério e da Secretaria executiva fortalecendo e legitimando as iniciativas e oportunidades de diálogo com potenciais doadores.

Outro ponto que precisamos trabalhar é a contrapartida a ser oferecida aos potenciais parceiros. O que o Programa pode oferecer para cada doador? Um último ponto é a necessidade de produção de novos conteúdos. A estratégia de captação anterior era direcionada para o *closing*, agora precisamos construir novos materiais de comunicação que apoiem nossa iniciativa pautados nos resultados já alcançados.

Encaminhamento: Consultar, via e-mail, os doadores para saber se há alguma restrição às empresas ou setor elencado.

Encaminhamento: Rever os argumentos a serem apresentados aos potenciais novos parceiros, assim como as contrapartidas a serem oferecidas pelo Programa.

Arthur Liacre diz que chegaram em um produto final satisfatório nesses dois primeiros anos e agora o comitê deve atrair novos parceiros. Foi feito contato com Natura e Boticário para que eles integram o subcomitê corporativo. A Anglo pode ajudar a entender como captar no setor privado, cuja governança tende a ser complexa. O trabalho inicial é selecionar empresas e setores que se

encaixam neste perfil. Anglo montou um material definindo quais argumentos são relevantes para convencer a parte privada, começando por aqueles que ajudaram a atrair a própria Anglo American. Felipe Starling começa falando que a sustentabilidade tem ganhado força no mundo, tem ficado mais fácil falar disso nas empresas. As empresas estão investindo inclusive em áreas não diretamente ligadas às suas ações, como é o caso da Anglo, que tem uma atuação mais próxima do bioma Mata Atlântica, mas optou por apoiar o ARPA considerando sua escala mais global e suas premissas que incorporam valores importantes no mundo corporativo. O Arpa tem história, tem sucesso e engaja diferentes atores, o que significa que é um produto bem fácil de vender.

Arthur comenta que a governança é um tema que chama atenção de doadores corporativos. O ARPA ainda permite um networking interessante.

Felipe informa que foi feita uma pequena alteração do regimento do subcomitê corporativo para permitir a participação de Natura e Boticário neste início.

Paulo comenta que os 15 anos e os resultados propiciam uma boa época para captar novas empresas para apoiar.

XI. Item 11 da pauta aprovada: Proposta BNDES

Manoel faz uma atualização sobre BNDES. Duas reuniões aconteceram, sendo que o Funbio participou da primeira. A ideia era debater uma iniciativa geral para a conservação da Amazônia. Diz que as ideias debatidas eram interessantes, mas não se aproximavam necessariamente do Arpa e do FT. Ressalta a importância de resgatarmos junto ao BNDES, o compromisso que foi assumido junto ao Arpa, independente das demais ações dentro do bioma.

Paulo coloca que a verba do Fundo Amazônia tem que ser vista separadamente, com controles diferenciados pelo Funbio, como foi feito no caso da MAC. Talvez com o BNDES seja um pouco mais complexo, devido aos investimentos em atividades específicas. Caso não haja objeção por parte de nenhum outro membro do CFT, podemos trabalhar nesta linha. Um exemplo seria o incentivo ao Turismo, que apesar de não estar nas metas do Programa parece ser uma demanda atual do BNDES. Uma ideia seria criar um pequeno projeto paralelo ao Arpa para contemplar a questão do Turismo. Manoel diz que poderia ser um projeto com 2 componentes a exemplo do Paisagens Sustentáveis, onde um componente aloca recursos diretamente no FT enquanto os demais dialogam com o objeto, mas os recursos não passam pelo Fundo.

Debate-se a possibilidade de restrições à algumas despesas ou até UC, mas que isso não seria um problema já que podemos diversificar as fontes para atender à todas as áreas apoiadas. O compromisso anterior foi de USD30 milhões, que ao câmbio atuais seriam cerca de R\$100 milhões. Por fim, Paulo fala da possibilidade de conceder uma cadeira ao BNDES nas reuniões do CFT. Aécio pede um cronograma para esta interlocução com o BNDES. Paulo pede que Rosa tenha uma função executiva neste contato com BNDES, sempre em alinhamento com MMA.

Encaminhamento: Realização de reunião inicial em janeiro de 2017 para alinhamento das expectativas entre Funbio e MMA, seguida por uma reunião com o BNDES. Em seguida Rosa dá seguimento aos contatos.

XII. Item 12 da pauta aprovada: Execução Financeira

Manoel inicia sua fala dizendo que o Funbio tem hoje 1385 protocolos em compras o que é quase toda a nossa execução em 2015, onde foram executados 1500 protocolos. Isto mostra o crescimento exponencial da demanda, entretanto isto ainda está aquém da necessidade de execução do Programa. É importante que seja definido um protocolo de priorização para que o Funbio saiba quais são as atividades chave dentro o universo de solicitações. Manoel usa o mesmo exemplo usado por Thiago relativo às solicitações de Plano de Manejo, mostrando que os tempos de aprovação nas diversas instâncias variam muito e ressaltando a necessidade de inserção de documentos mais bem trabalhados, evitando a necessidade de ajustes.

No esforço de estabelecer hora/meta para cada tipo de processo de compras, o Funbio estabeleceu famílias de produtos que demandam tempo e ações similares, já que a hora gasta pelo comprador é a melhor forma de estabelecer prazos para cada tipo de processo de compras e contratações. **O Funbio pode analisar a proposta da UCP desde que esta converse com os parâmetros estabelecidos internamente para cada tipo de processo.**

Em relação à adoção de novas modalidades de compra, Manoel coloca que primeiramente é necessária uma negociação com os doadores e em seguida com os parceiros envolvidos. Um exemplo é a compra por meio de ata de registro de preços, que foi recentemente aprovada pelo Banco Mundial e para a compra de veículos, já garantiu uma economia de cerca de 30%. Entretanto, para que o Funbio consiga de fato estabelecer estas novas modalidades muito mais ágeis e econômicas, será preciso a adoção de certas mudanças/ações como o uso exclusivo de especificações padrão e o próprio formato de planejamento e na medida do possível, eliminar o processo de solicitação, que seria deixado para aquilo que não é padrão ou não pode ser agrupado, como consultorias. É preciso inserir no planejamento uma indicação temporal, um cronograma de quando os gestores esperam receber os bens solicitados. O ponto que ainda está sendo detalhado é o processo de doação e quem poderá se responsabilizar pelo recebimento do bem.

Sobre os números de execução, Manoel apresenta uma comparação entre planejado, solicitado e executado. Considerando estes números estamos com 71,4% de execução, o que representa um salto de execução no Programa. As novas modalidades de execução darão escala a este trabalho. Considerando as médias de execução mensal com os valores comprometidos, temos uma previsão de atingir R\$20 milhões até o final de 2017, o que atende nossa expectativa de execução no Programa.

Warwick agradece e reforça que MMA, ICMBio e Funbio tem questões alinhar para que o Programa avance como um todo. Fala da necessidade de ICMBio e MMA utilizarem uma ferramenta para repasse de informações ao Funbio de forma mais organizada. Paulo Carneiro coloca que estas ações auxiliam que a compra de equipamentos seja um processo fácil e que possamos direcionar maior energia para os processos complexos como obras e planos de manejo. Manoel finaliza lembrando que o Arpa pode e deve ser um grande laboratório para testarmos formas inovadoras de conduzir um Programa desta escala. Renata indaga ainda se Manoel vê a possibilidade de implementação destas mudanças ainda no ano que vem para incorporar ao POA 18/19 e Manoel diz que o primeiro teste será feito no projeto GEF Mar, visando a implementação no Arpa.

XIII. Item 13 da pauta aprovada: Ativos financeiros KfW

Cristian diz que o processo de contratação do gestor internacional está caminhando. O Funbio está providenciando a tradução de documentos. Será preciso nomear representantes para o comitê de seleção. **Aylton Coelho ficará responsável por receber as indicações de representantes para este comitê.** Assim que os documentos forem traduzidos serão enviados para não objeção do KfW e em seguida publicados. Espera-se que o processo se encerre no primeiro semestre de 2017.

Cristian informa que o primeiro desembolso foi feito ao Fundo de Transição.

Em relação a transferência dos recursos do FAP, Christian informa que teve uma reunião com BMZ e que para eles informaram que isto seria uma troca entre projetos. Precisamos ver o que é possível fazer por aqui, talvez um aditivo ao contrato.

Paulo encerra dizendo que os resultados do ano estão bons e devem fechar acima dos 3%. Com a entrada do primeiro desembolso do KfW (10 milhões de euros) e a previsão do segundo, será necessário avaliar o que deve ficar no Brasil e o que deve ficar no exterior.

Encaminhamento: Aylton Coelho ficar como responsável pelo recebimento das indicações de representantes para este comitê de seleção no processo de contratação do novo gestor de ativos internacional.

XIV. Item 14 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões para 2017

Paulo fala da ideia de realizar a reunião do CP junto com o CFT (dias consecutivos), ao menos em 2 das 4 reuniões ao ano, em Brasília.

Thiago pede que a reunião de aprovação do desembolso referente ao POA 2018/2019 seja marcada em setembro para que haja tempo de realização de todo o ciclo de planejamento. Ficam acordados as datas de:

- 21 DE FEVEREIRO DE 2017 (BRASÍLIA) (Conjunta com CP)
- 01 DE JUNHO DE 2017 (RIO)
- 20 DE SETEMBRO DE 2017 (BRASÍLIA) (Conjunta com CP)
- 13 DE NOVEMBRO DE 2017 (RIO)

Finalizados os assuntos previstos, Paulo Sodré encerra a reunião.

Quadro de Encaminhamentos	Responsáveis
Será realizada reunião entre MMA e Banco Mundial para revisão dos números contabilizados para as metas de criação das 3 Fase do Arpa	Banco Mundial e MMA
Será apresentado pelo MMA um pedido de ampliação dos recursos para criação de UCs (R\$2,8 milhões), que a princípio serão contabilizados para a meta da Fase 3.	MMA
MMA apresentará um briefing sobre a meta de 17% de execução dos recursos do ICMBio e sobre a contrapartida em geral incluindo pessoal.	MMA
Em futuras reuniões do CFT serão apresentadas formas alternativas de gestão, como a gestão compartilhada, assim como uma avaliação dos resultados alcançados.	ICMBio e MMA
MMA enviará via e-mail a formalização do pedido de aporte adicional para as UCs que realizam gestão integrada e que tiveram o orçamento subestimado para deliberação do CFT.	MMA
Consultar, via e-mail, os doadores para saber se há alguma restrição às empresas ou setor elencado.	Paulo Sodré e Funbio
Serão revistos os argumentos a serem apresentados aos potenciais doadores (novos parceiros), assim como as contrapartidas a serem oferecidas pelo Programa (estratégia de captação).	Paulo Sodré, Funbio e Anglo
Será realizada em janeiro de 2017 reunião para alinhamento das expectativas entre Funbio e MMA, seguida por uma reunião com o BNDES. A partir daí Rosa Lemos dá seguimento aos contatos junto ao BNDES.	Funbio e MMA
Aylton Coelho fica como responsável pelo recebimento das indicações de representantes para este comitê de seleção no processo de contratação do novo gestor de ativos internacional.	Funbio

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2016.

Membros do CFT institucionais:

Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)

Meg Symington (WWF/US)

Avecita Chicchon (Moore Foundation)

Christian Lauerhass (KfW)

ausente
Gustavo Fonseca (GEF/Brasil)

Membro CFT Corporativo:

Arthur Liacre (Anglo American)

Membro CFT Governo:

Warwick Manfrinato (MMA/Brasil)

Equipe técnica do Governo:

Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)

Renata Gatti (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:

Paulo Carneiro (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

Rosa Lemos
Secretária Geral do Funbio

Manoel Serrão
Superintendente de Programas do Funbio

Ilana Nina de Oliveira
Gerente do Programa Arpa no Funbio

Manuela Mosse Muanis
Consultora